

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2021 Pregão Presencial Nº: 11/2021

O Município de Alfenas/MG, com endereço à Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, CNPJ nº 04.372.444/0001-09, isento de inscrição estadual, através do seu Pregoeiro, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 39/2021**, na modalidade **Pregão Presencial nº 11/2021** do tipo **menor preço global** cuja Sessão Pública para recebimento das propostas se dará no dia **12 de agosto de 2021**, às 9:00 horas, na Sala de Licitações desta Câmara, situada na Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, Centro, em Alfenas-MG. A licitação será regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº 1037 de 09/07/2003 com alterações posteriores e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e no que couber, regida pela Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, e pelas demais condições fixadas neste edital.

I – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em software de gestão ao apoio legislativo da Câmara Municipal, com licença mensal para o período de um ano, atendendo às descrições e quantitativos estimados no anexo I e IA deste edital, que fica fazendo parte integrante do mesmo.

II – DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. – Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

2.2. - Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

a) que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou Distrito Federal;

b) estejam sob regime de concordata ou falência;

2.2.1. - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.3. - Poderão participar as empresas interessadas que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - CRC da Câmara Municipal de Alfenas, sendo que sua regularidade será confirmada por meio de consulta "ON-LINE", no momento oportuno da licitação.

2.4. - As empresas interessadas em participar da presente licitação que não se encontrem cadastradas no CRC da Câmara Municipal de Alfenas, deverão apresentar os documentos relacionados no item 7.1 do Edital, observando-se os respectivos prazos de validade. Já aquelas cadastradas no CRC além da consulta prevista no item 2.3, ficam obrigadas a apresentar o (s) documento (s) relacionado (s) na (s) alínea (s) "e" do item 7.1.

2.5. - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile) autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pelo Pregoeiro ou a quem o mesmo designar da Equipe de Apoio.

2.6. - O representante legal deverá apresentar-se ao pregoeiro, na data e hora e local estipulados neste instrumento convocatório munidos dos seguintes documentos:

a) Envelope nº 01 - Proposta de Preços e Especificações técnicas, se for o caso.

b) Envelope nº 2 - Documentos habilitatórios

2.7. - Além dos envelopes, Proposta e Habilitação mencionados no item 2.6, os interessados ou seus representantes apresentarão, no início da sessão e fora de qualquer envelope, declaração de inexistência de fatos impeditivos para a sua habilitação, conforme anexo III, e, documento de credenciamento que comprove a existência dos poderes necessários para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes do certame, conforme Procuração (modelo anexo IV).

2.8. A Câmara Municipal de Alfenas resguarda o direito de não aceitar proposta via correio com protocolo daquele órgão.

2.9. As empresas participantes da licitação interessadas em prestar os serviços descritos neste edital deverão agendar no setor de licitações da Câmara demonstração online do funcionamento do software no período de 07:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas pelo telefone (35) 3291-2349. Esta demonstração deverá ser realizada até dia 10/08/2021.

Será emitido **ATESTADO DE DEMONSTRAÇÃO DE SOFTWARE** por e-mail pelo **PREGOEIRO** ou algum membro da equipe de apoio, e será obrigatório ser juntado à PROPOSTA, deste PREGÃO. Este Atestado será enviado logo após ter sido realizada a demonstração online.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1.- O Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO em data e hora, especificada neste Edital, dando início ao credenciamento e identificação dos representantes dos proponentes;

3.2. Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único do proponente participante, deverá apresentar-se ao Pregoeiro, quando convocado para credenciamento, devidamente munido de documento de identidade, observando o que se segue:

3.3. O representante legal do licitante deverá comprovar a sua legitimidade para o exercício da função mediante apresentação de documento da empresa (contrato social, registro de firma individual, etc.) ou procuração, da qual deverá constar a outorga de poderes necessários para formulação de propostas e a prática dos demais atos inerentes ao Pregão, inclusive de dar lances, devendo esta vir acompanhada dos documentos de constituição da empresa.

3.4. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo IV.

3.5. O credenciado deverá apresentar, ainda, Declaração conforme modelo do Anexo III.

3.6. OS DOCUMENTOS DE QUE TRATAM OS ITENS 3.2, 3.3 E 3.5 DEVERÃO SER APRESENTADOS ANTES DO INÍCIO DO CERTAME, FORA DOS ENVELOPES.

IV – DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 1.037/2003 e subsidiariamente Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com este edital e seus anexos.

4.2. Na data e hora aprazadas, constantes do preâmbulo do presente edital, antes do início da sessão, o interessado ou seu representante legal deverá credenciar-se junto ao pregoeiro na forma dos itens 3.2, 3.3 e 3.5.

4.3. Aberta a sessão, os proponentes credenciados entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e especificações técnicas (ENVELOPE Nº 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 2), momento em que dar-se-á início à fase de classificação com a abertura do ENVELOPE Nº 1.

4.4. Após o pregoeiro declarar a abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes.

4.5. No ato de encerramento da sessão serão devolvidos os envelopes de habilitação fechados e lacrados, das licitantes participantes e não vencedoras do certame, desde que não tenham sido interpostos recursos ou após manifestação expressa do desejo de não recorrer ou ainda após o julgamento dos mesmos.

4.6. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto a seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

V - DAS PROPOSTAS

5.1. As licitantes deverão apresentar envelope lacrado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

Á
CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS
PRAÇA DR. FAUSTO MONTEIRO, 85, CENTRO
PREGAO PRESENCIAL Nº 011/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2021
ENVELOPE Nº "01" - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, ENDEREÇO E CNPJ

5.2. As propostas, em envelope fechado, deverão ser digitadas, datilografadas ou impressas em formulário contínuo da empresa, ou na forma do modelo de proposta fornecido pela Câmara Municipal de Alfenas, redigidas em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

a) especificações técnicas do item cotado;

b) preços unitários e totais expressos em moeda corrente nacional em algarismos, relativos ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros, e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento dos produtos. Em caso de discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.

c) marca do produto;

d) prazo de validade do(s) produto(s) de acordo com as especificações descritas no objeto deste Edital;

e) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data prevista para a abertura das propostas;

f) Atestado de Demonstração online de Software;

5.3. A oferta deve ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.4. Caso o prazo de validade da proposta não esteja expressamente indicado nela, fica estabelecido que este prazo será o estipulado no edital, no item 5.2, alínea “c”.

5.5. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

VI – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Analisadas as propostas serão **desclassificadas** as que:

a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

c) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

d) apresentarem proposta alternativa.

e) descumprir o item 5.2 deste edital.

6.2. Serão proclamados, pelo pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço unitário, definido no objeto deste edital e seus anexos, e em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àquele, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas, conforme disposto no art. 8, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão;

6.3. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor;

6.4. O pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

6.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;

6.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

6.7. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital, exclusivamente pelo critério de **Menor Valor global**;

6.8. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito;

6.9. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias:

a) com base no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – CRC e documentação complementar exigida no edital; ou

b) no caso dos não cadastrados, da documentação exigida no edital.

6.10. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital efetuada por item.

6.11. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o item do objeto deste edital;

6.12. Nas situações previstas nos subitens 6.6, 6.8 e 6.11, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

6.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, grupo de apoio e os proponentes presentes;

6.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;

6.15. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta;

6.16. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos;

6.17. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e, não havendo lances, o desempate se fará por sorteio;

6.18. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação;

6.19. Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou a mesma tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, esta será desclassificada do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

VII - DA HABILITAÇÃO (Envelope nº 02)

Com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar envelope lacrado contendo no frontispício os seguintes dizeres:

À
CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS
PRAÇA DR. FAUSTO MONTEIRO, 85, CENTRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2021
ENVELOPE "Nº 02" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA. ENDEREÇO E CNPJ

7.1. O envelope "nº 02" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

Contrato Social (Ato Constitutivo, Estatuto)
Atestado de Capacidade Técnica
Certidão Negativa de Débito com a Receita Federal
Certidão Negativa de Débito com o INSS
Certidão Negativa de Débito com o FGTS
Regularidade Fiscal Perante a Fazenda Municipal
Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT
Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com até 30 dias de emissão

7.2. – O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na prestação dos serviços objeto deste Processo licitatório.

7.3. Certificado de Registro Cadastral (CRC) no Município de Alfenas. A apresentação do CRC (Certificado de Registro Cadastral), devidamente atualizado, substituirá todos os documentos acima, exceto: Anexo I – Declaração de atendimento ao art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4. A documentação deverá:

a) estar em nome da licitante;

- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente.
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.

7.5. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

8.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 9 do Decreto n.º 1.037/2003, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro.

8.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

8.4. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

8.7. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo desta Câmara, observado o disciplinamento do item 8.3.

8.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Processos Administrativos da Câmara Municipal.

IX – DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.

X – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. A homologação, em favor da licitante adjudicada nesta licitação, será feita pelo Presidente da Câmara Municipal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
01.01.01.01.031.0100.4001.3.3.90.39.00	Manutenção das atividades legislativas – Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica

XII– FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

12.1. A execução do objeto desta licitação será em estrita conformidade ao estabelecido no Anexo I e IA devendo o serviço ser executado no período de 01 (um) ano a partir da assinatura do contrato mediante Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras.

XIII – CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1. Para execução do objeto desta licitação, o adjudicatário atenderá o seguinte: O objeto será executado na sede do Poder Legislativo, localizada na Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, Centro, nesta cidade, conforme Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras

XIV – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento devido ao contratado será realizado à vista da Nota Fiscal Eletrônica/fatura apresentada, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da data final do adimplemento da obrigação. A Nota Fiscal Eletrônica deverá dar entrada diretamente no Setor de Compras da Câmara Municipal de Alfenas.

14.2. A nota fiscal eletrônica/fatura deverá constar o número do Processo de compra e nº da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras desta Câmara.

14.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

XV – FISCALIZAÇÃO

Caberá à licitadora, através de um representante nomeado pela Câmara Municipal de Alfenas, exercer a fiscalização sobre a prestação de serviço objeto desta licitação.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

a) atraso de até 01 (um) dia, multa diária de 1%;

b) atraso superior a 02 (dois) dias, multa diária de 2%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

16.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Câmara Municipal de Alfenas poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração da Câmara Municipal de Alfenas;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado do contrato;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Alfenas, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor de tesouraria da Câmara Municipal de Alfenas, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

16.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pela Câmara Municipal de Alfenas.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

17.2. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Edital.

17.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

17.4. O Pregoeiro poderá, no interesse da Câmara Municipal de Alfenas, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

17.5. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pela Câmara Municipal de Alfenas, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

17.6. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

Anexo IA – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

Anexo III – MODELO DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

Anexo IV – MODELO CREDENCIAMENTO

Anexo V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Anexo VI – MINUTA DO CONTRATO

17.7. A licitante vencedora será convocada para receber a Ordem de Serviço correspondente aos respectivos objetos desta licitação, ou a mesma será encaminhada por FAX ou e-mail, na forma do disposto no caput do art. 64 da Lei 8.666/93.

17.8. A Câmara Municipal de Alfenas reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

17.9. A Câmara Municipal de Alfenas reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

17.10. O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que arguidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, Centro, Setor de Processos Administrativos da Câmara Municipal de Alfenas, ou pelo telefone (0xx35) 3291-23 49, no horário de 08:00 às 17 horas. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 1.037/2003 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.11. É competente o foro do Município de Alfenas para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Alfenas – MG, 27 de julho de 2021.

Sandra de Oliveira Cardoso Leal

Pregoeira

ANEXO I

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
101823	Implantação, treinamento e migração dos módulos já existentes no software de sistema de gestão ao apoio legislativo da Câmara Municipal	Unidade/serviço	01
101833	Locação mensal para uso do software para controle dos atos do legislativo e digitalização de documentos.	Unidade/Mensal	12
101834	Locação mensal para uso do software para publicação na internet dos atos do legislativo. (web)	Unidade/Mensal	12
101835	Locação mensal para uso do software de controle e gerenciamento da sessão plenária até 20 vereadores	Unidade/Mensal	12
101836	Locação mensal para uso do software para gerenciamento do conteúdo legislativo através de app mobile para celular.	Unidade/Mensal	12
101825	Consultoria e assessoria técnica presencial e remota, deslocamento e diária após as atividades do item 01 acima.	Hora	60

ANEXO IA
TERMO DE REFERÊNCIA

MÓDULOS PRINCIPAIS

1 – Protocolo: Registrar a entrada de documentos, internos e externos. Controle de resposta a documentos encaminhados. Permitir a digitalização de documentos em resposta à documentos enviados pela Câmara.

2 – Documentos oficiais: Elaboração e registro de Ofícios, Indicações, Requerimentos, Moções, Portarias, etc. Os documentos devem ser elaborados a partir de modelos pré-definidos pelo usuário, de forma a agilizar o processo. Necessitam ser registrados na íntegra na base de dados do sistema, para consultas posteriores. Vinculação de respostas às proposições. Controlar ofícios que necessitam de resposta.

3 – Matérias do Legislativo: Elaboração e registro de Projetos de Lei, Projetos de Resolução, Projetos de Decreto, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Emenda à Lei Orgânica, etc. Controle de todo o trâmite dos Projetos, bem como suas Emendas, Substitutivos, Vetos, Pareceres, etc. Registro de todas as proposições apresentadas e a situação em que se encontram. Permitir anexar ao documento original, arquivos como planilhas, tabelas, documentos digitalizados, fotos, mapas, etc. As fotos deverão sofrer redimensionamento automático, quando necessário.

4 – Material do expediente: Geração automática do conteúdo de pautas, atas, etc. Documentos gerados a partir das proposições e outras matérias registradas no sistema, com a possibilidade de se realizar qualquer alteração necessária. Registro de presença e pronunciamento dos vereadores nas sessões plenárias. Possibilidade de associar sessões plenárias a arquivos de áudio / vídeo. Possibilidade de exportar fotos e outros documentos das proposições para apresentação em plenário.

5 – Legislatura: Registro de Vereadores, Presidência, Mesa Diretora, Comissões Permanentes da legislatura atual e anteriores. Permitir cadastro de dados pessoais e dos mandatos dos vereadores, com suas respectivas fotos. Possibilitar o registro de Comissões Temporárias, com suas composições, acompanhamento, documentos associados e relatórios finais.

6 – Legislação: Consolidação de leis, com registro de alterações ou revogações do texto ou partes dele, como artigos, incisos, etc. Vinculações entre leis que estejam citadas no texto, possibilitando acesso rápido. Oferecer na íntegra o acesso à Legislação Municipal, à Lei Orgânica do Município, ao Regimento Interno, etc.

7 – Relatórios: Relatórios gerais sobre as informações registradas no sistema. Relatórios anuais com a descrição de Projetos, Leis e outros atos apresentados no exercício. Relatórios individuais por vereador, com toda a matéria apresentada pelo mesmo. Relatório de leis aprovadas, etc.

8 – Consultas: Pesquisas por período, origem / autor, situação, ou palavras contidas no texto de documentos. Localizar matérias protocoladas que necessitam de resposta, com prazo de devolução vencido, etc. Permitir consultas na legislação municipal, partindo da lei original seguida por todas as leis que a alterou ou revogou.

9 – Impressão: Permitir a visualização dos relatórios em tela, antes da impressão. Possibilidade da geração de etiquetas ou impressão direta em envelopes. Possibilitar impressão a partir de qualquer consulta realizada. Permitir a impressão das imagens digitais de documentos anexados.

10 – Gabinetes: Permitir aos vereadores / assessores a elaboração de solicitações de documentos como indicações, requerimentos, etc. para envio direto ao Setor Legislativo da Câmara. Garantir segurança e sigilo das informações de gabinete.

11 – Administração: Permitir registrar em Log as atividades ocorridas no sistema, contendo a data, horário, origem e ações desempenhadas pelos usuários do sistema. Controlar senhas e permissões dos usuários. Possibilidade de alteração de layouts, como tipo e cor da fonte, imagens de fundo, estado de janelas, etc.

12 – Banco de Dados: Deverá estar disponível em nuvem e também localmente, em servidor próprio da Câmara, em sua totalidade, mantendo a integridade dos dados.

PUBLICIDADE

1 – Permitir a exportação para a internet, direto do sistema, o conteúdo completo de Leis, Decretos Legislativos, Resoluções, Projetos e seus respectivos trâmites, Indicações, Requerimentos, Moções e outras proposições. Deve ser possível também a divulgação do material de expediente e atas de reuniões.

2 – Possibilitar a pesquisa externa a qualquer ato ou matéria divulgados pela Câmara. O sistema deve aceitar vários tipos de argumentos como: período, autoria, tipo e número do documento, bem como permitir a impressão de documentos.

3 – Opção de disponibilizar no website da Câmara, através de link, todo o conteúdo hospedado no servidor da CONTRATADA, com opções de atualização definidas pelo usuário.

4 – Utilizar web design responsivo, favorecendo a experiência de visualização, leitura e navegação, com redimensionamento automático para monitores de computadores e telefones celulares.

SESSÃO PLENÁRIA

1 – Exibição em tempo real, em telas no plenário da Câmara, das informações da sessão plenária, tais como: registro de presença, votações, dados das proposições em discussão, conteúdo de documentos com sua respectiva rolagem, etc. Operação automatizada, na captura, formatação, distribuição e controle dessas informações.

2 – Deve ser permitido ao parlamentar, através de simples toques, acessar a pauta, ata da sessão anterior e documentos que serão lidos ou votados durante a sessão, correspondências e ofícios recebidos, respostas a proposições, tribuna livre, etc. Na pauta, deve ser possível, com um clique, ter acesso aos documentos referenciados e proposições. Ao se exibir uma proposição, deve ser possível também visualizar seus anexos, pareceres, votação, etc.

3 – O parlamentar deve ter acesso à legislação vigente, tais como: Regimento Interno, Lei Orgânica do Município, Constituição da República, Lei de Responsabilidade Fiscal, etc. Deve ser

disponibilizada uma pesquisa para acesso fácil aos documentos, com destaque para as palavras procuradas.

4 – O sistema deverá possuir processo de votação eletrônica. Deverá gerenciar os dados provenientes dos equipamentos de votação, de forma a manter um acompanhamento do processo. Deverá prover uma interface gráfica capaz de controlar os equipamentos de votação (notebooks). Deverá contabilizar, armazenar os votos em banco de dados, de forma criptografada, e registrar data e hora de cada votação. Deve-se manter um histórico sobre as votações e atuações dos parlamentares no plenário.

5 – Possibilidade de personalização da exibição da votação nas telas, por lista ou foto dos vereadores, quantidade de nomes por colunas, etc. Permissão a cada vereador, de escolher o tipo de exibição desejado. Nas votações secretas, devem ser registrados e apresentados apenas os totais finais, ficando impedida qualquer tentativa de listagem por nome ou foto nas telas do plenário e equipamentos de votação.

6 – Deve-se ter a possibilidade de cancelar uma votação, ou incluir uma que não esteja previamente cadastrada. Devem estar disponíveis opções de votação diversas, tais como: Aprovação da ata da sessão anterior, Requerimento verbal, Prolongamento da sessão, etc.

7 – Possibilidade de emissão de relatórios, com os resultados das votações, de determinada sessão, por período, autor, matéria votada, etc. Opções de formatação dos relatórios de votação, tais como posicionamento, tamanho, fonte, etc.

8 – Controle de frequência da sessão plenária, permitindo que o parlamentar confirme sua presença através do notebook.

9 – Exibir um cronômetro na tela do vereador com o tempo decorrido desde o início da sessão. Controlar e apresentar nas telas do plenário e notebooks a cronometragem dos tempos da sessão, tais como das palavras dos vereadores. Possibilidade de controlar os tempos de votação e de exibição nas telas e equipamentos de votação.

10 – Possibilidade de inserir fotos, vídeos, arquivos PDF, apresentações do PowerPoint, etc., para apresentação nas telas do plenário, durante a sessão.

11 – Sobre as proposições em discussão, exibir a lista de vereadores com seus respectivos tempos de discussão, com destaque para o vereador autor da proposição.

12 – O sistema deve ter controle de acesso por usuário e senha. Deve ser capaz de prever eventuais pães em equipamentos, de forma que os demais não sejam atingidos e não comprometa o andamento da sessão.

ACESSO MOBILE

1 – Integração com o Sistema de apoio ao legislativo, possibilitando o acesso à toda a legislação, proposições, projetos, pautas, atas das sessões etc.

2 – Possibilitar ao vereador o acompanhamento de suas proposições, projetos, etc. Habilitar notificações quando alguma proposição sua receber atualização, como resposta da Prefeitura ou outros órgãos.

3 – Permitir ao vereador receber notificações quando algum cidadão enviar solicitações para a Câmara, ou diretamente a ele.

4 – Demonstrativo com marcadores para as proposições apresentadas, possibilitando a pesquisa por vereador, por ano, por palavras contidas no texto, etc. Opção de relatório geral ou personalizado para cada vereador. Visualização de dados quantitativos por tipo de proposições apresentadas.

5 – Função chat, para que os cidadãos possam conversar diretamente com os vereadores.

COMPATIBILIDADE

1 – Sistema 100% web, compatível com Windows, Android e IOS. Módulo servidor / banco de dados compatível com Windows Server 2016.

2 – Interface gráfica padrão do Windows, com caixas de edição de textos, botões, etc., ou através de interface web padrão dos navegadores.

3 - Funcionamento de forma integrada, permitindo o acesso simultâneo dos usuários ao sistema. Sistema compatível com uma rede em domínio do Windows, composta por usuários com permissões restritas.

4 – Editor de texto compatível com a importação de conteúdo de documentos do Microsoft Word 2013 / 2016.

5 – Deve-se manter a compatibilidade com os equipamentos da sessão plenária, que utilizam o sistema operacional Windows, Android e IOS.

6 – Compatibilidade com certificação digital (assinatura eletrônica)

**ANEXO II - Declaração de Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º, da
Constituição Federal.**

"MODELO"

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº .011/2021

....., inscrito no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº,

DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e do inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido

Pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, C.N.P.J/MF nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2021 da Câmara Municipal de Alfenas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local de data,

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV - CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

PROCURAÇÃO

A _____ (nome da proponente) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representada pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu (s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere (m) amplo (s) e geral (ais) poderes para, junto a CÂMARA MUNICIPAL ALFENAS, MG, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de _____.

(Reconhecer firma)

ANEXO V “MODELO”
(Papel timbrado da empresa)

“PROPOSTA COMERCIAL”

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

EMPRESA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

C.N.P.J/MF:

INSCR. ESTADUAL:

ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
01	UNIDADE					

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de entrega: _____

Carimbo da Empresa e assinatura do Representante

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº __/____

Licitação: Convite nº __/____

Contrato nº __/____

Termo de Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Alfenas (MG) e a empresa _____, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em software de gestão ao apoio legislativo da Câmara Municipal, com licença mensal para o período de um ano.

Aos __ dias do mês de _____ de 20__, a Câmara Municipal de Alfenas, situada na Praça Dr. Fausto Monteiro, 85, Centro, Alfenas – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 04.372.444/0001-09, representada neste ato pelo seu presidente o Sr(a). _____, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede situada na _____, _____, bairro: _____, na cidade _____ de _____, Estado de _____, CEP _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, RG nº _____, _____, CPF nº _____, resolvem firmar o presente Contrato decorrente do Pregão Presencial nº __/____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em software de gestão ao apoio legislativo da Câmara Municipal, com licença mensal para o período de 1 (um) ano, contemplando a prestação dos seguintes serviços:

- 1) Implantação, treinamento e migração dos módulos já existentes no software de sistema de gestão ao apoio legislativo da Câmara Municipal;
- 2) Locação mensal para uso do software para controle dos atos do legislativo e digitalização de documentos;
- 3) Locação mensal para uso do software para publicação na internet dos atos do legislativo (web);
- 4) Locação mensal para uso do software de controle e gerenciamento da sessão plenária até 20 vereadores;
- 5) Locação mensal para uso do software para gerenciamento do conteúdo legislativo através de app mobile para celular;
- 6) Consultoria e assessoria técnica presencial e remota, deslocamento e diária após as atividades do item 01 acima.

CLÁUSULA SEGUNDA: FORMA E PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto deste contrato será executado direta e exclusivamente pela CONTRATADA.

2.2. A prestação de serviços objeto desta licitação será realizada na sede da CONTRATANTE, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital e/ou por acesso remoto conforme solicitação da Câmara Municipal de Alfenas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. Dá-se a este contrato o valor estimado de R\$ _____ (_____), fixo e irrevogável, referente ao valor total da prestação dos serviços previstos na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Após o recebimento da Ordem de Serviço e execução do objeto licitado, a contratante deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica referente à prestação de serviço.

4.2. Recebida a Nota Fiscal Eletrônica pelo Setor de Compras o pagamento será realizado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que não haja nenhuma pendência relativa à execução deste contrato, e correrá à conta da dotação orçamentária especificada neste contrato.

4.3. A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.4. O valor deste contrato poderá ser aumentado ou reduzido, de acordo com o § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.5. Os pagamentos devidos poderão ser retidos pela CONTRATANTE nas seguintes hipóteses:

a) se não forem mantidas todas as condições de habilitação exigidas no processo de licitação, em especial as condições relativas à regularidade fiscal;

b) caso haja qualquer pendência relativa à execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. Este contrato vigorará da data da sua assinatura a ___ de _____, de ____ para prestação dos serviços constantes da cláusula primeira.

§ 1º - O contrato será extinto pelo decurso do prazo de sua vigência, salvo se o mesmo for aditivado, nos termos da Lei e de acordo com o interesse das partes.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Funcional programática: _____; Categoria Econômica: _____; Ficha: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Credenciar junto à Câmara Municipal de Alfenas um Preposto para prestar esclarecimentos e reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato.

7.2. Fornecer um endereço eletrônico (e-mail) e um número de telefone/fax para que a CONTRATANTE possa fazer o encaminhamento das edições a serem impressas e/ou realizar outras comunicações necessárias.

7.3. Responsabilizar-se por todas as providências e encargos trabalhistas, bem como as obrigações estabelecidas na legislação trabalhista e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei.

7.4. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

7.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

7.6. Correrá por conta da Contratada qualquer indenização por danos causados à Contratante ou a Terceiros, por culpa da mesma, seus empregados ou representantes, decorrentes do fornecimento do objeto licitado.

7.7. A Contratante reserva-se o direito de não aceitar os serviços licitados em desacordo com o previsto no Edital, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 78, inciso I da Lei Federal 8666/93 e legislações aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a prestação dos serviços.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, através de servidor designado para a função.

8.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação.

9.2. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no Contrato, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, a CONTRATADA fica sujeita, a critério da Administração, às seguintes penalidades:

§ 1º. Pela recusa em prestar os serviços técnicos objeto deste contrato, quando solicitados, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação, aplicada em dobro no caso de reincidência;

§ 2º. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da obrigação.

§ 3º - O valor da multa será descontado do valor do pagamento a ser realizado no mês subsequente à ocorrência; ou será cobrado em processo administrativo e/ou judicial, no caso de descumprimento contratual previsto nesta cláusula.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções ora previstas, poderá ser aplicada multa compensatória de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do contrato, cujo valor será apurado em processo administrativo regular, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

§ 5º - As multas previstas nesta cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma cumulativa, de acordo com as ocorrências apontadas pela área de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES

10.1. O processo de aplicação das sanções previstas na cláusula oitava será iniciado a partir da notificação do setor de fiscalização de contratos, que informará à CONTRATADA o motivo do descumprimento e a sanção a ser aplicada.

10.2. Recebida a notificação, a CONTRATADA terá o prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis para apresentação de defesa e/ou justificativa da causa do descumprimento contratual.

10.3. O setor responsável pela fiscalização de contratos, ao receber a defesa e/ou justificativa, avaliará o documento, dando parecer pela sua aceitação ou rejeição.

10.4. No caso de não apresentação de defesa e/ou justificativa, ou no caso de rejeição da apresentada, será automaticamente realizado o desconto do valor da sanção de multa aplicável ao caso sobre o montante da parcela vincenda ou sobre o valor total da obrigação, conforme estabelecido na cláusula oitava precedente.

10.5. Todas as comunicações referentes a eventos de descumprimento contratual serão reunidas em um Dossiê de Execução Contratual, que será encaminhado durante ou ao final da execução contratual à Presidência do Legislativo, que poderá, conforme o caso, determinar a abertura de processo administrativo para aplicação das sanções previstas nos incisos II a IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

10.6. Ficará a cargo do setor responsável pela gestão e fiscalização da execução contratual a contagem dos prazos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º, bem como a responsabilidade pelas notificações administrativas cabíveis; será, no entanto, promovida à Procuradoria do Legislativo quaisquer irregularidades que não tenham sido resolvidas nos prazos previstos no presente contrato ou estabelecidos pelo Setor de Compras.

10.7. Em todas as hipóteses de possibilidades de aplicação de sanções, assegura-se à CONTRATADA os direitos do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

11.2. A rescisão deste contrato pode ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3 A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

12.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei n. 8.666/1993.

12.2. O presente contrato vincula-se aos termos:

a) do edital do Pregão Presencial nº __/20__, constante do processo nº __/20__;

b) da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

13.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, em nenhuma hipótese, seja integral ou parcialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no prazo previsto no Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Alfenas-MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alfenas (MG), __ de _____ de 20__.

Nome

Presidente da Câmara Municipal

CONTRATANTE

Nome

Empresa

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____